

RELATÓRIO

SOBRE O ESTADO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E DE EXPRESSÃO EM MOÇAMBIQUE (2016 – 2017)

Uma visão sobre o exercício das liberdades de expressão

Uma das principais características da democracia em Moçambique é o constante controlo político e ameaças às liberdades de imprensa e de expressão, marcados por um forte investimento em forças de defesa e segurança para manietar não apenas as forças políticas, como também quaisquer tentativas de manifestação dos cidadãos que questionam a qualidade da governação. Nestes últimos anos, tem-se verificado abusos que se expressam nas mais vis formas de ofensa à dignidade humana perpetradas a membros de partidos da oposição, jornalistas, académicos, membros de Organizações da Sociedade Civil.

Conforme o MISA-Moçambique reportou no relatório anterior sobre o Estado da Liberdade de Imprensa (2010 - 2015), Moçambique vive um cenário intenso de violações das liberdades desde o reinício de conflito armado, em 2012, após 20 anos de paz (1992-2012). Dos casos mais evidentes reportados nos últimos anos, figuram os assassinatos de Gille Cistac (2015), Paulo Machava (2015) e do político e conselheiro do Estado Jeremias Pondeca (2016); agressões e baleamentos do académico e comentador televisivo José Macuane (2016); ao comentador televisivo Carlos Jeque (2015), a agressão ao político João Massango (2016), o baleamento do secretário geral da Renamo, Manuel Bissopo (2016), entre outros ocorrências. Mais recentemente, no dia 27 de Março de 2018, foi raptado, agredido e deixando inconsciente o jornalista e comentador televisivo Ericino de Salema.

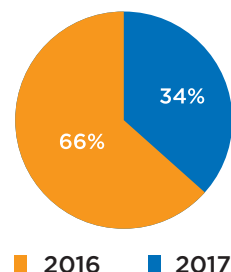
Não se pode reflectir sobre as liberdades de expressão sem ter em conta as liberdades políticas. As restrições constantes ao trabalho dos políticos da oposição mostram a baixa abertura à cultura do diálogo e à convivência pacífica de ideias. Embora não existam dados sobre o número de políticos da oposição e do partido no poder assassinados durante o conflito armado, algumas organizações que monitoram a situação dos Direitos Humanos em Moçambique estimam em pouco mais de uma centena de cidadãos mortos.¹

Para além das restrições aos políticos profissionais, os espaços de opinião para o exercício das liberdades políticas pelos cidadãos são cada vez mais restritos e/ou ameaçados. Uma das situações marcantes, no período em análise, foi quando um indivíduo armado introduziu-se na sala durante um debate do Parlamento Juvenil, uma Organização Não Governamental Nacional, e começou a fazer ameaças contra organizadores, oradores e participantes, antes de ser retirado da sala. Outra situação foi reportada relativamente a um debate organizado pela Sociedade Civil, que contestava o facto de o parlamento ter legalizado as “dívidas ocultas”². Na altura, os organizadores mobilizaram assinaturas para iniciar um processo de pedido de fiscalização da constitucionalidade do acto. Vários membros desse grupo de organizadores começaram a receber ameaças de indivíduos desconhecidos.

Os casos de violações à liberdade de imprensa

Se em 2017 o ambiente foi ligeiramente melhor para os críticos e políticos da oposição, o mesmo já não se pode dizer da imprensa. Contrariamente ao ano anterior, 2016, com 11 casos reportados, em 2017 foram notificados 21 casos de atentado à Liberdade de Imprensa.

Fig. 1 - Distribuição por ano dos casos de violações da liberdade de imprensa



¹Informação disponível em:

<https://www.dn.pt/mundo/interior/ha-graves-abusos-de-direitos-humanos-contra-civis-5556944.html>, acessíveis aos 25 de Abril de 2018;

<https://www.jn.pt/mundo/interior/vala-comum-com-120-cadaveres-em-mocambique-5148681.html>, acessíveis aos 25 de Abril de 2018;

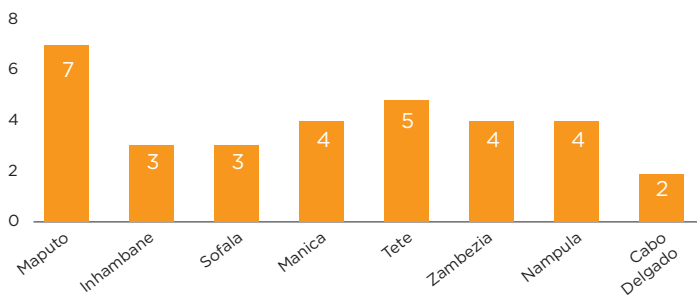
<https://www.dn.pt/mundo/interior/ha-graves-abusos-de-direitos-humanos-contra-civis-5556944.html>, acessíveis aos 25 de Abril de 2018

https://photos.state.gov/libraries/mozambique/328666/portuguese_pdf/2014_human_rights_mozambique_pt.pdf, acessíveis aos 25 de Abril de 2018

²A questão das dívidas ocultas foi despoletada no primeiro semestre de 2016, quando, a partir da imprensa internacional, se tomou conhecimento de que, durante o mandato do ex-Presidente da República, Armando Guebuza, o País contraiu empréstimo à revelia da Assembleia da República, em cerca de um bilhão e meio de dólares para investimentos no sector de segurança marítima e em empresas ligadas à exploração de recursos minerais.

Conforme demonstra a figura 1, mais de 60% dos casos de violações foram registados em 2016. Destes casos, a maioria ocorreram na cidade capital, onde se encontra localizada grande parte da imprensa, contrariando a percepção de que a limitação dos direitos e liberdades é cada vez mais alta à medida que nos distanciamos dos principais centros urbanos. A concentração dos media na cidade de Maputo e o facto de esta cidade ser o centro do poder político, militar e judiciário propiciam o elevado número de violações às liberdades.

Fig. 2 - Distribuição dos casos por províncias



O quadro abaixo indica a distribuição dos casos³ de acordo com as diversas categorias de casos de violações. Note-se que as ameaças aos jornalistas é a categoria mais frequente de violações, seguida pela censura, que usa diversos mecanismos para impedir que matérias que colocam em casa pessoas posicionadas politicamente sejam publicadas. No âmbito das suas lutas, o MISA-Moçambique registou duas vitórias, que representam situações em que predadores da liberdade de imprensa, gozando do seu poder, foram justamente anulados à luz das leis.

Tipos de violações

Tipos de violações	Frequência	Porcentagem
Agressões Físicas	3	9,4
Assaltos	3	9,4
Censuras	6	18,8
Detenções	2	6,3
Ameaças	14	43,8
Vitórias	2	6,3
Violações públicas da liberdade de expressão	2	6,3
Total	32	100,0

Liberdade de imprensa: Moçambique no vermelho

“Caminhar em campo minado à noite” é como pode ser caracterizado o ambiente em que operam os jornalistas moçambicanos.

“(O período de conflito) foi muito turbulento, muito agitado, sem segurança por parte da população e de nós próprios profissionais da rádio local. Porque vivíamos na incerteza se poderíamos conseguir amanhecer para o novo dia ou se poderíamos chegar à noite. Já não sabíamos o que seria de nós durante este percurso. Fomos ameaçados diversas

vezes. Governo do dia através de forças governamentais. Os políticos do partido no poder não queriam ouvir a verdade ou as notícias sobre conflitos nem de violação dos direitos humanos pelas forças governamentais. Eles comentavam na rua que a rádio não devia, em nenhum momento, publicar informações sobre a guerra.”⁴

Este pronunciamento de um jornalista da Rádio Comunitária de Catandica, na província de Manica, extraído do relatório do MISA sobre as Violações da Liberdade de Imprensa e segurança dos Jornalistas das Rádios Comunitárias durante o conflito armado (2014 - 2016), resume o cenário e a atmosfera vivida, não apenas nas zonas de conflito, como também em grande parte do país, nos últimos dois anos. Conforme mostra a figura 3, a classificação de Moçambique no Ranking Anual dos Repórteres Sem Fronteiras (RSF) tende a piorar desde os últimos anos (2011/2012) em que o País foi classificado na posição 66.

O gráfico mostra que a situação das liberdades de imprensa e de expressão em Moçambique tende a degradar, anualmente. Nos últimos 6 anos, o país caiu 27 lugares no ranking da Repórteres Sem Fronteiras, o que demonstra a degradação do ambiente de trabalho dos jornalistas moçambicanos. Por outro lado, também se olharmos para o ambiente político, económico e social, que

Figura. 3: Ranking da Liberdade de Imprensa em Moçambique 2010-2018

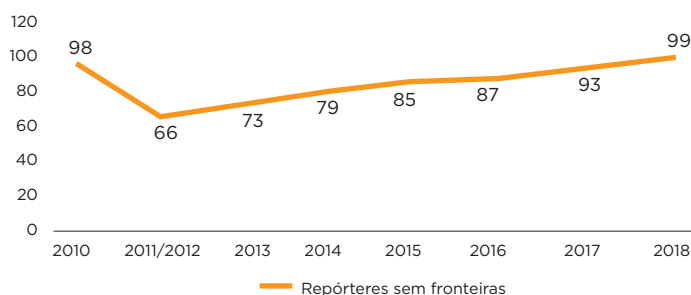
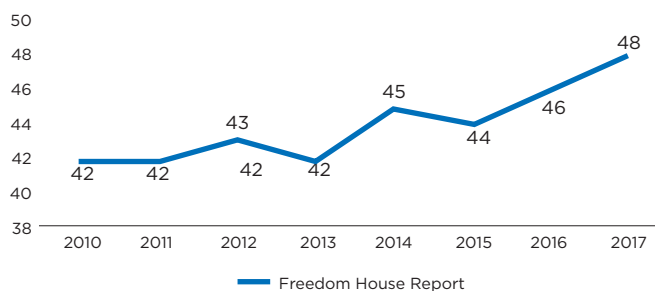


Figura 4: Ranking das Liberdades Políticas e Cívicas em Moçambique 2010-2017



afecta, sobremaneira, o ambiente dos Media, notaremos que o nosso país está também a piorar (ver gráfico 2).

Conforme o gráfico, entre 2012 e 2017, Moçambique perdeu cinco pontos, na classificação da Freedom House, que mede a qualidade da democracia dos países no mundo. A Freedom House usa as variáveis “ambiente legal”, “ambiente político” e ambiente económico para concluir se determinado país é livre, parcialmente livre ou não livre. Neste caso, Moçambique

³Estes dados foram os reportados durante os dois anos como resultado de monitoria permanente do MISA a nível nacional. O MISA reconhece que pode ter havido outros casos não captados, que tenham ocorrido em diversos pontos do país, mas que as vítimas não os reportaram, seja ao Núcleo Provincial como ao MISA Central, por razões diversas.

⁴Esta informação pode ser consultada no estudo realizado pelo MISA em parceria com o MASC, em 2016, disponível <http://www.misa.org.mz/index.php/publicacoes/relatorios/relatorio-2008/44-estudo-de-caso-sobre-as-violacoes-da-liberdade-de-imprensa-e-a-seguranca-das-rádios-comunitarias-nas-zonas-em-conflito-armado-2014-2016-pdf>, acessível em 25 de Abril de 2018.

está na lista dos países “Parcialmente livres”, o que o Índice de Democracias da The Economist considera de regime híbrido. Nesse índice da The Economist (2017), Moçambique ocupa a penúltima posição dos países de regime híbrido, apenas à frente do Haiti, correndo sérios riscos de nas próximas classificações cair para os regimes autocráticos.

A partir deste ano, Moçambique inicia um ciclo eleitoral, que se prolongará até 2019, com a realização das eleições gerais. Trata-se de um período em que o ambiente dos Media, incluindo a liberdade de expressão, pode piorar, dada a pressão e o controlo que poderão ser exercidos sobre a imprensa e sobre os cidadãos para limitar os seus direitos de emitir as suas opiniões.

Descrição resumida dos casos reportados CASOS DE 2016

1. **AMEAÇA** - Em Maio de 2016, a Polícia de Investigação Criminal notificou o jornalista André Catueira para prestar declarações sobre os artigos publicados na Agência Lusa e no semanário Savana que denunciavam a existência de uma vala comum com 120 corpos nas matas de Gorongosa.
2. **VIOLAÇÕES PÚBLICAS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO** - No dia 27 de Maio, o MISA Moçambique denunciou a ocorrência de actos que considerou atentatórios ao exercício da liberdade de expressão e de manifestação em Moçambique, na sequência do boicote do académico e comentador do programa “Pontos de Vista”, da Stv, José Jaime Macuane, e da agressão física ao presidente do partido Ecologista de Moçambique, João Massango, que se preparava para dar uma conferência de imprensa, na qual iria anunciar uma manifestação pública.
3. **AMEAÇA** - No dia 14 de Junho, cinco agentes da PIC fizeram-se às instalações do semanário Zambeze, munidos de três notificações. Dos cinco agentes, dois introduziram-se nas instalações do jornal não apenas com as notificações, mas também empunhando armas de tipo pistola. Os outros três permaneceram no exterior do edifício. Os dois que entraram no edifício apresentaram as notificações à Directora Administrativa, tendo esta solicitado os dois jornalistas presentes a recebê-las. Os visados leram e assinaram as notificações. As notificações exigiam que os jornalistas comparecessem nas instalações da PIC, às 12 horas do mesmo dia. Sendo um dia de fecho da edição do jornal, os notificados solicitaram que a audiência fosse no dia seguinte. A solicitação foi recusada pelos agentes da PIC, que alegaram que os dois deviam prestar declarações no mesmo dia, dado que se tratava de “questões urgentes”. Os agentes exigiram que os notificados fossem à PIC com eles naquele momento, não obstante o facto de que as notificações especificavam que eles deveriam se apresentar às 12 horas. Os jornalistas foram prestar declarações por causa de artigos publicados com os títulos: “Militares zimbabwianos ‘abatidos’ em Gorongosa” e “FDS acusadas de roubar galinhas em Vunduzi”.
4. **AMEAÇA** - No dia 12 de Agosto de 2016, jornalistas da Televisão de Moçambique (TVM) e Rádio Moçambique (RM) foram alvos de um ataque perpetrado por desconhecidos, que se supõe serem homens armados da Renamo, na localidade de Chiuala, distrito de Bárue, em Manica. Houve quatro feridos. Os jornalistas seguiam viagem na coluna de carros escoltados pelas forças armadas, vindos de Chimoio com destino ao distrito de Macossa, para a cobertura de uma visita presidencial.
5. **CENSURA** - No dia 27 de Setembro de 2016, a Polícia da República de Moçambique arrancou a máquina fotográfica de um repórter do jornal Malacha, quando este tentava recolher imagens do assassinato do delegado político da Renamo em Moatize e membro da Assembleia Provincial de Tete;

6. **DETENÇÃO** - No 8 de Outubro, o jornalista Arsénio Sebastião Macuene foi detido no posto policial da Balança, na vila de Dondo, província de Sofala, acusado de ter difamado um agente da polícia. A sua libertação, sob termo de identidade e residência, só viria a ocorrer no dia 11 de Novembro, após a intervenção do MISA-Moçambique. O jornalista foi detido quando se dirigiu ao posto policial já referido, com a intenção de melhor perceber os contornos de um acto de extorsão de que a sua esposa tinha sido alvo por parte de um agente da Polícia da República de Moçambique (PRM), que lhe teria exigido e recebido 8 mil meticais.
7. **ASSALTO** - No dia 27 de Outubro, a rádio comunitária de Cateme, na província de Tete, foi vítima de um assalto, no qual foram roubados material informático, microfones, um receptor profissional, consolas, uma câmara digital e uma motorizada.
8. **ASSALTO** - No dia 29 de Outubro, o semanário Malacha, editado também em Tete, viu os seus escritórios vandalizados. Os criminosos roubaram todo o material informático, dois gravadores digitais, uma câmara fotográfica e o arquivo digital do jornal, criado em 2011.
9. **ASSALTO** - No dia 31 de Outubro, desconhecidos compostos por cinco elementos entraram na Rádio Dom Bosco, também localizada em Tete, mas não conseguiram furtar nenhum bem, graças à intervenção da segurança local.
10. **AMEAÇA** - No dia 27 de Novembro, o jornalista e director do jornal Diário da Zambézia, António Zefanias, foi ameaçado de morte por desconhecidos, através de uma chamada telefónica da rede social Whatsapp. Os autores da ameaça comunicaram ao jornalista que haviam sido mandatados por alguém, cujo nome não revelaram, para o assassinar.
11. **AMEAÇA** - No dia 8 de Dezembro, um grupo de oito homens armados, todos desconhecidos, que se supõe serem das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, ameaçou de morte o jornalista e coordenador da rádio comunitária de Catandica, na província de Manica. O grupo de desconhecidos, que se fazia transportar num carro de marca Mahindra, vandalizou, roubou e torturou dois filhos do jornalista. No mesmo instante, perguntaram aos filhos do jornalista sobre o paradeiro do seu pai. Na altura, o jornalista não se encontrava em casa. John Chekwa e a rádio Catandica são acusados de serem responsáveis pelos maus resultados eleitorais do partido Frelimo em Catandica, porque convidavam para os programas da rádio pessoas bastante críticas à governação da Frelimo.

CASOS DE 2017

1. **AMEAÇA** - Em Fevereiro, um funcionário do Conselho Municipal da Beira, que responde pelo nome de Arcanjo, tentou impedir a actividade de um jornalista do Diário de Moçambique, que cobria um acidente de viação, tendo ainda o ameaçado nos seguintes termos: “Estás muito preocupado em ligar para ambulância, mas pede para virem duas, porque a outra será para ti. É melhor te afastares daqui, senão vais-te arrepender”
2. **DETENÇÃO** - Em Abril, o jornalista Estácio Valoi foi detido por agentes da Polícia da República de Moçambique, na cidade de Pemba, Cabo-Delgado, quando tirava fotografias a um grupo de pessoas, por ocasião do dia 07 de Abril, Dia da Mulher Moçambicana;
3. **VITÓRIA**. Em Abril, foi registada uma Vitória para as Liberdades de Imprensa. O MISA, através do seu Núcleo Provincial, e Daviz Simango, Preside do Município da Beira, acordaram a extinção de um processo contra o Diário de Moçambique;
4. **AGRESSÃO** - Em Maio, um jornalista foi agredido pela

- guarda presidencial, em Nampula. O núcleo do MISA-Moçambique em Nampula tomou conhecimento, com justificada preocupação, da agressão ao jornalista Arlindo Chissale, da Rádio e Televisão Comunitária de Nacala-Porto, protagonizada, em Nacala Velha, por uma agente da segurança do Presidente da República. Na altura da agressão - ocorrida no dia 12 de Maio, Arlindo Chissale encontrava-se a fazer a cobertura jornalística e fotográfica da visita presidencial, com recurso ao telemóvel;
5. **AMEAÇA** - Em Maio, o jornalista da Rádio Comunitária de Nacala-Porto, Abdul Age, foi ameaçado por membros da Direcção do Clube Desportivo de Nacala, por alegadamente ter publicado uma notícia sobre o não pagamento pelo Desportivo Local de dois meses de salários aos jogadores;
 6. **CENSURA** - Em Maio, o jornalista desportivo Calisto Pedro foi interdito pelos porteiros de entrar no recinto desportivo para transmitir, em directo, o relato de um jogo de futebol, em Nacala, província de Nampula;
 7. **CENSURA**. Em Junho, foi feita uma tentativa de proibição expressa de cobertura jornalística ao julgamento do "CASO BANCO CHINÊS", uma decisão problemática. O MISA-Moçambique recebeu, com justificada preocupação, a informação de que, a pedido do advogado dos réus, Flávio Menete, actual bastonário da Ordem dos Advogados, a Televisão de Moçambique foi proibida de fazer a cobertura jornalística do julgamento do "Caso Banco Chinês", um caso relacionado com uma associação financeira que supostamente funcionava ilegalmente na cidade de Maputo, conhecida por Banco Chinês;
 8. **CENSURA** - Em Junho, um jornalista da Televisão Comunitária de Chimoio (TVC) foi escorraçado pelo governador provincial, impedindo-o e Integrar comitiva para verificação das Forças Governamentais, após convite formulado para a cobertura das suas actividades;
 9. **AMEAÇA** - Em Junho, o vereador para a área de Infra-estruturas, Urbanização e Construção no Conselho Municipal de Quelimane, Yassin Calú, ameaçou e embargou uma obra de construção de um edifício no espaço pertencente a um jornal em retaliação ao facto o jornal ter denunciado indícios de corrupção no sector em que Yassin era vereador;
 10. **CENSURA** - Em Julho, dois jornalistas, nomeadamente André Catueira, da LUSA, e Benedito Cobrissua, do semanário Zambeze, foram impedidos de integrar uma comitiva das forças armadas para a verificação da retirada das mesmas forças governamentais em Gorongosa, nas zonas de cerco ao líder da Renamo, Afonso Dhlakama.
 11. **AGRESSÃO E CONFISCAÇÃO DE EQUIPAMENTO** - Em Julho, dois jornalistas do jornal "Magazine Independente", nomeadamente Abanês Ndanda e António Nhangumbe, repórter e repórter estagiário, respectivamente, foram agredidos por agentes da segurança do Governo da Província de Maputo em conluio com o gabinete de Comunicação daquela instituição governamental, quando se encontravam a fotografar o edifício, o que não é proibido pela lei. Os jornalistas viram a sua câmara fotográfica arrancada (da qual foi retirado o cartão de memória para efeitos de eliminação das imagens recolhidas, sob pretexto de que a falta de autorização para a sua colheita significava ferir direitos de imagem daquela instituição).
 12. **AMEAÇA** - No dia 19 de Julho, Aparício de Nascimento, editor do jornal Malacha, publicado na cidade de Tete, foi notificado pela Polícia local para ser ouvido pelo comandante provincial e o seu respectivo chefe das operações. A audição teve lugar no dia seguinte, 20 de Julho. O jornal foi notificado na sequência de um artigo que dava conta de que um agente da polícia teria morto, a tiro, um jovem inocente.
 13. **VIOLAÇÃO PÚBLICA DAS LIBERDADES DE EXPRESSÃO** - Em Julho, o website do Fórum de Monitora do Orçamento (<http://www.fmo.org.mz/>) sofreu um ataque de "hackers", após esta organização ter organizado a recolha de assinaturas e ter submetido junto do Conselho Constitucional um pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade do acto de legalização das dívidas ocultas pelo parlamento. No website, podia ler-se "this site haked by Pri Nce". No fundo do website aparecia um desenho de uma pessoa ensanguentada e com a escrita: "Owned by Pri Nce".
 14. **VITÓRIA** - Em Julho, com o apoio jurídico do MISA, o semanário Magazine Independente e o seu editor foram ilibados num julgamento, num processo movido pelo ex-director Regional Norte da Autoridade Tributária de Moçambique, Cristiano Arcanjo Dengo, em que eram acusados de calúnia e difamação.
 15. **AGRESSÃO** - Em Setembro, em Inhambane, o jornalista Luciano da Conceição foi agredido quando tentava recolher informações sobre uma suposta greve dos estudantes de um instituto de formação de saúde. A máquina fotográfica, o bloco de notas, o telefone da vítima foram arrancados e esta foi mantida refém, sendo que a sua libertação só foi possível com a intervenção da polícia. O diagnóstico médico concluiu que a agressão resultou em feridas contusas na mão.
 16. **AMEAÇA** - Em Setembro, foram registados dois processos contra dois jornalistas em Inhambane, nomeadamente António Zacarias e Hugo Firmino, do Magazine Independente e da Televisão de Moçambique, respectivamente. O julgamento, já com datas marcadas, viria a ser adiado por razões desconhecidas.
 17. **CENSURA** - Em Dezembro, a Polícia arrancou a um jornalista da Rádio Comunitária de Nacala o seu equipamento de trabalho, constituído por um gravador e dois telefones celulares, quando aquele efectuava a cobertura jornalística do baleamento mortal de um agente da Polícia pelo seu colega, ocorrido em Nacala-a-Velha, na província de Nampula.
 18. **CENSURA** - Em Setembro, o jornalista da Agência de Informação de Moçambique (AIM), Anacleto Mercedes, foi forçado a interromper o seu trabalho e conduzido ao posto policial junto à Escola Central do Partido Frelimo, na cidade da Matola, onde decorria o congresso da Frelimo. O jornalista foi submetido a um interrogatório sobre a finalidade da gravação que efectuava quando Filipe Nyusi, Presidente do partido no poder e da República, proferia o discurso de abertura do XI Congresso.
 19. **AMEAÇA** - Em Outubro, jornalistas da Rádio Comunitária de Morrumbene, na província de Inhambane, foram ameaçados de morte pela comandante distrital da polícia, após terem denunciado casos de roubos protagonizados por uma quadrilha que alegadamente integrava um agente da Polícia da República de Moçambique (PRM), afecto ao comando distrital. Os jornalistas tiveram que se refugiar em parte incerta.
 20. **AMEAÇA** - Em Outubro, um jornalista da Rádio Quelimane FM foi processado por ter publicado, durante um programa de desporto daquela Rádio, uma reportagem dando conta de que o Presidente do Clube do Porto de Quelimane devia salários ao motorista do clube, tendo o presidente do clube sido contactado, por duas vezes, para dar a sua versão, mas sem sucesso, dado que se recusava a prestar qualquer esclarecimento.
 21. **AMEAÇA** - Em Dezembro, o jornalista e director editorial do jornal Ikweli, publicado em Nampula, Anúncio Silva, foi ameaçado de morte por uma pessoa desconhecida, que lhe apontou com uma pistola, afirmando que o jornal Ikweli estava a prejudicar a imagem do presidente do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Daviz Simango, assim como do candidato deste partido para as eleições intercalares municipais de 24 de Janeiro de 2018, em Nampula.

Distribuição geral das frequências dos casos por categorias de violações, em cada ano e por cada província de ocorrência

Província de Ocorrência			Ano de Ocorrência		Total
			2016	2017	
Maputo	Tipo de violações	Agressões Físicas	0	1	1
		Censuras	0	2	2
		Ameaças	1	0	1
		Victórias	0	1	1
		Violações públicas da liberdade de expressão	1	1	2
	Total		2	5	7
Inhambane	Tipo de violações	Agressões Físicas		1	1
		Ameaças		2	2
	Total			3	3
Sofala	Tipo de violações	Detenções	1	0	1
		Ameaças	0	1	1
		Victórias	0	1	1
	Total		1	2	3
Manica	Tipo de violações	Censuras	0	1	1
		Ameaças	3	0	3
	Total		3	1	4
Tete	Tipo de violações	Assaltos	3	0	3
		Ameaças	1	1	2
	Total		4	1	5
Zambezia	Tipo de violações	Censuras	0	1	1
		Ameaças	1	2	3
	Total		1	3	4
Nampula	Tipo de violações	Agressões Físicas		1	1
		Censuras		1	1
		Ameaças		2	2
	Total			4	4
Cabo Delgado	Tipo de violações	Censuras		1	1
		Detenções		1	1
	Total			2	2

Principais Definições para recolha e Classificação dos casos

Assaltos - Qualquer incidente no qual os jornalistas são agredidos fisicamente, torturados ou feridos durante o curso de seu trabalho. Nesta categoria inclui-se os roubos ou assaltos de equipamentos nas redacções.

Bombardeamentos - Incidentes nos quais a casa de um jornalista ou uma redacção é sabotado por meio de bombardeamentos, incêndio ou vandalismo.

Censuras - Incidentes nos quais os governos ou outros actores impedem que a informação seja comunicada ou se realize a cobertura de um evento/assunto relevante. Por exemplo, através da emissão de uma ordem de serviço, forçando mudanças editoriais, interdição usando a legislação e ordens judiciais, para impedir que a informação seja publicada, o encerramento ou a suspensão de produção e a confiscação de equipamentos ou materiais.

Detenções - Incidentes nos quais o trabalhador de media é preso ou detido. Pode ser legal ou ilegalmente. Esta categoria inclui situações em que um jornalista é detido sem acusação ou mantido incomunicável, por razões preventivas.

Expulsões - Incidentes nos quais os jornalistas são expulsos, impedidos de entrar ou sair (como por negação de vistos, documentos de trabalho ou acreditação) e/ou inibidos de se mover livremente de um país ou em certas áreas para realizar seu trabalho.

Mortes ou desaparecimentos - Incidentes onde os jornalistas foram mortos, sequestrados ou desapareceram em circunstâncias que sugerem uma ligação com o seu trabalho ou função como jornalista.

Legislação - Isto é relativo a todos os aspectos do processo legislativo e da aplicação do direito comum. Inclui casos em que propostas oficiais são feitas para aprovação de novas leis, a legislação é aprovada, as leis são alteradas ou abolidas pelo Parlamento ou pelos tribunais, e o contencioso civil é instituído contra a media.

Condenados - é quando uma decisão judicial é proferida contra um trabalhador de media envolvendo quer uma pena de prisão ou multa.

Ameaçados - Inclui ameaças de funcionários públicos, ameaças de morte, várias formas de assédio (tais como advertências veladas, ameaças de acção, interferência nos processos editoriais, ataques cibernéticos, ataques e ocupação forçada da casa ou escritório), ou jornalistas sendo questionados ou interrogados sobre suas fontes.

Agressões físicas - incluem todos os casos em que os jornalistas sofrem ofensas físicas directas, durante ou em consequência do exercício da sua actividade.

Victórias - Isso inclui vitórias imediatas para os trabalhadores de media ou organizações, incluindo ser libertados incondicionalmente, ter acusações retiradas, ganhar ou evitar

litígios civis, derrubando ordens de serviço e ser absolvidos de acusações criminais. Esta categoria também inclui incidentes que promovam a liberdade de imprensa, o acesso à informação ou a liberdade de expressão em geral. Por exemplo, declarações políticas favoráveis, leis ou políticas favoráveis a media, decisões judiciais favoráveis e estabelecimento de precedentes.

Violação da liberdade de expressão pública - Incidentes que afectam a liberdade de expressão, em geral, que não envolvem necessariamente os trabalhadores ou organizações de media. Por exemplo, os casos de sedição contra o público, dos impedimentos gerais sobre a liberdade de expressão e acesso à informação, violações do direito à liberdade de reunião e de protesto, restrições à liberdade artística ou académica e restrições sobre o acesso aos meios de comunicação públicos.

FICHA TÉCNICA

MISA-Moçambique

Título: Relatório sobre o estado da liberdade de imprensa e de expressão em Moçambique (2016 - 2017)

Presidente do MISA: Fernando Gonçalves Adré

Redacção: Ernesto Nhanale e Lázaro Mabunda

Design Gráfico: António Xerinda

Como citar o documento:

“MISA (2018). Relatório sobre o estado da liberdade de imprensa e de expressão em Moçambique (2016 - 2015). Maputo: MISA-Moçambique”

Contactos:

Malhangalene, Rua da Resistência, Casa nr. 1519 R/C

Telefone - +258 21302833

Email: info@misa.org.mz; misamozambique@gmail.com

<http://www.misa.org.mz>

Parceiros

